

# Bossuet: Política e Providência

Edmilson Menezes\*

**Resumo:** Segundo o pensamento de Bossuet, há uma “política celeste” que deve fornecer o modelo para a ação, destacadamente a do soberano que deseja agir sob o influxo da Providência e afastar-se da soberba. Deus fornece a devida sabedoria ao príncipe para saber conduzir os povos, bem como Ihes dá a inteligência para se deixarem conduzir. Neste sentido, a Providência histórica, idéia central na filosofia do bispo de Meaux, não pode ser entendida dissociada do seu componente político. O artigo procura evidenciar e desenvolver este aspecto.

**Palavras-chave:** Bossuet – Política – História.

Providência, História e Política são categorias intimamente associadas no pensamento bossuediano. A primeira, enquanto chave de um método aplicado à interpretação da história política, está presente nas Sagradas Escrituras; é também utilizada pelos teólogos dos primeiros tempos da Igreja e por santo Agostinho, um dos seus maiores intérpretes e defensores. No entanto, esse nexos apresenta nuances mais específicas com Bossuet, no século XVII. Mesmo colocando-se como herdeiro do Bispo de Hipona, o autor do *Discours sur l’Histoire Universelle* distancia-se do mestre e atribui novas características à interferência providencial. O interesse deste trabalho é mostrar a passagem das categorias religiosas para o plano político no pensamento de Bossuet, tomando como fio condutor a idéia de Providência. Estamos diante de um autor que tem consciência de como o Cristianismo toma para si pesados riscos quando afasta o seu projeto moral do campo político.

---

\* Professor do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Providência é afirmação do ato onipotente e onisciente de Deus sobre o governo do mundo. O que distingue Bossuet da análise anterior é a determinação do objetivo deste ato: a Providência é sempre dirigida ao povo de Deus e à remissão dos eleitos. A partir de tal perspectiva, é possível encontrar um conceito de Providência como inibidora moral. A trajetória humana em busca do melhor não escapa ao jugo providencial a fim de manter, em independência, uma liberdade que não se deve ensinar e impele os povos a viver a seu bel-prazer, sem receio, disciplina ou constrangimento. A regra é outra: não se pode ir contra a ordem divina. Tudo no universo reclama e inspira um perfeito ordenamento. A idéia de Deus está calcada nesta harmonia. O que aos nossos olhos finitos parece caos e desordem, obedece a um decreto eterno e perfeito; não estamos sozinhos no mundo, há uma sabedoria a nos governar. É desta forma que a Providência acaba por ser um princípio constante assegurando a coesão do conjunto dos humanos na História. E mais, ela assume os contornos teológico-políticos próprios aos interesses monarquistas e absolutos de Bossuet. O Deus do autor do *Sermon sur la Providence* não é um geômetra (como aquele dos filósofos do século XVII), ele é um Deus interessado pelos destinos políticos das suas criaturas.

Com efeito, é possível falar de um *providencialismo* em Bossuet, tamanha é a importância atribuída pelo autor ao tema (TRUCHET 23, p. 29. Cf. TERSTEGGE 22). O século XVII, em parte, se caracterizou por esse ressurgimento da Providência ligada aos destinos históricos e políticos (RAULET 20, p. 216-17) e Bossuet, neste sentido, é incontornável. Habitualmente a palavra *providência* invoca uma idéia de proteção e segurança: a bondade divina para com as suas criaturas; donde, entre os fiéis, um sentimento de confiança. No entanto, na pena de Bossuet o termo reveste-se de um caráter defensivo, ela é uma arma de luta: “Reunamo-nos Cristãos para combater os inimigos de Deus vivo. (...) Não nos contentemos em lhes fazer ver que esta distribuição desigual do bem e do sofrimento no mundo de forma alguma nega a Providência, mostremos ao contrário, que ela a estabelece” (BOSSUET 11, p. 79). Bossuet propõe claramente o uso da Providência como arma dos cristãos no combate aos “detratores da fé”, isto é, contra os detratores da Igreja, “*sempre invencível sobre a terra*”, pois a sua autoridade remonta ao Deus vivo: “Eu falo após santo Agosti-

nho, e santo Agostinho falou após o próprio Jesus Cristo” (BOSSUET 4, T. VI, p. 485). Diante de tão prestigiosa herança, Bossuet investe-se, portanto, da *autoridade* necessária à interpretação dos desígnios divinos.

Assim estribado, ele empenha-se num projeto audacioso e difícil: o combate à irreligião e à crise moral de sua época. O início do *seiscentos* é marcado por uma crise do sentimento religioso; crise aguda como aquelas que caracterizam os períodos de rápido crescimento. Crise profunda como aquelas que acompanham as modificações radicais das idéias e dos costumes. A seqüência de abalos provocados pela Reforma e pelo Renascimento, que rompem com a tradição medieval e deslocam a cristandade, em presença de novas idéias e de descobertas científicas, que sacodem as crenças humanas, junta-se à repercussão das guerras civis, religiosas e estrangeiras. Os transtornos políticos, econômicos e sociais, além da permissividade dos costumes, associados à instabilidade dos espíritos e à incerteza das condições da existência, lançam uma dúvida sobre as regras da vida moral, uma *inquiétude* se instala nas almas atingidas por estas forças adversas e, paulatinamente, são propaladas as noções nas quais estão os fundamentos da quebra da unidade da cristandade. Desta forma, se constitui uma moral autônoma, independente e secularizada, que aparecerá não somente distinta e independente da religião, mas oposta a ela (Cf. CHEVALIER 13, p. 55 ss).

A reação frente a esses problemas não tarda, e no meio da turbulência o poder eclesial se organiza e prepara uma renovação da fé. Esta tem nas terras francesas uma base sólida, de onde lançará sua investida contra os ímpios. Depois de uma era de discórdias e turbulências a França permanece católica e a conversão de Henri IV em 1593 transformou-se num signo desta vitória do catolicismo na França. Este prestígio aos poucos se consolida.

A importância da religião católica na França de Luís XIV é fato conhecido. Tomemos apenas enquanto amostra a surpreendente estatística bibliográfica da época: entre 1660 e 1700, um em cada dois livros publicados em Paris aborda questões religiosas (LANDRY & MORLIN 18, p. 136). A cultura cristã, tanto na vida cotidiana como na vida intelectual desta época, é de uma influência extraordinária. A Igreja Católica é quase onipotente: os seus vínculos com o Estado são oficiais, eles são mesmo essenciais; através deles o sagrado se faz solene. O rei é soberano sob direito divino, ele é “*le lieutenant de Dieu*”, ou seja, a imagem de Deus trans-

posta ao plano terreno. O clero é numeroso e tem poder, no campo e nas cidades os padres gozam de autoridade espiritual, moral e intelectual incontestável. Tudo isto pode ser visto, talvez, como um indício da realização de um velho projeto de santo Agostinho, quer dizer, o estreito relacionamento entre Estado e Igreja. O Bispo de Hipona concebeu uma compreensão hierárquica do mundo, uma cosmologia política na qual as sociedades terrenas são microcosmos peregrinos em direção a um cumprimento pleno, que só é alcançado numa ordem transcendente. O reino dos homens exprime o reino celeste como réplica infiel. Nesta direção, a perspectiva cosmológica é um jogo de equivalências hierárquicas. O Estado terreno e a cidade de Deus não são pólos opostos: relacionam-se e complementam-se.

O primeiro deve apoiar essa última, através de sua representante Magna, em sua propagação e em suas conquistas espirituais. Estribado em Lucas (“A todos que encontrardes, obriga-os a entrar”, XIV, 23), santo Agostinho justifica a intolerância e recorre ao Estado para perseguir os heréticos (no caso os Donatistas<sup>1</sup>) e reconduzi-los à unidade da Igreja<sup>2</sup>. O aparato bélico do Estado põe-se a serviço da “guerra santa”. Mesmo distante da África ou de uma guerra santa, a Europa se vê rodeada de outros tipos de heresias no século XVII e a idéia agostiniana é ainda de valor inestimável, a força se faz mais necessária do que nunca. Em troca, a “Santa Madre” se desvela em duas tarefas: fornecer substrato teórico ao poder do Estado e agir, de acordo com a sua antiga vocação pedagógica, junto aos soberanos. A primeira se expressa, como já ensinara o *De Ordine*, através da idéia de Providência (“Deus regula os mais ínfimos detalhes do mundo”<sup>3</sup>), que Santo Agostinho transporta para a história. A ordem dos eventos querida por Deus escapa aos homens, ele permite o nascimento de reinos, ele faculta a subida ao trono ou a ruína dos soberanos: “Deus... dá Ele mesmo os reinos terrestres aos bons e aos maus, e Ele não o faz de modo leviano e ao azar (pois ele é Deus e não a fortuna), mas segundo uma ordem de acontecimentos e épocas que, se de nós ela é oculta, para Ele é perfeitamente conhecida. No entanto, a esta ordem de épocas Ele não está submetido ou escravizado, porém a governa com maestria e a regula com precisão. Todavia, a felicidade Ele somente dá àqueles que são bons” (AGOSTINHO 1, T. XLI, p. 141).

Como as idéias nasceram para serem veiculadas, aí se encontra a segunda tarefa eclesiástica e dos *doutores* da Igreja. São eles os encarregados dos conselhos e da formação dos princípios, eles sabem mais do que ninguém: a educação é o melhor veículo para articular a teoria e a prática. Desta maneira, Bossuet segue o projeto agostiniano e, em seu *Discours sur l'Histoire Universelle* escrito para o Dauphin de France, assim aconselha: “Uma tal sinopse, senhor, vos propõe um grande espetáculo. Vedes todos os séculos precedentes se desenvolverem, por assim dizer, em poucas horas diante de vossos olhos, vedes como os impérios sucedem uns aos outros e como a religião em seus diferentes estados permanece igualmente e desde o começo do mundo até os nossos tempos.” Na verdade, “(...) a religião e o governo político são os dois pontos em torno dos quais giram as coisas humanas” (BOSSUET 3, p. 3-4). Discursos, preleções, sermões, serão os instrumentos pedagógicos de um teólogo-político que aprendeu bem a lição do mestre: “usando a linguagem, nós não visamos outra coisa a não ser ensinar” (AGOSTINHO 1, T. XXXII, p. 1194-95), afirma o santo.

Graças a todos esses elementos, o século XVII pode ser considerado “o século de santo Agostinho” (DAGENS 15) e, por conseqüência, dos que, de uma forma ou de outra dialogavam, aceitavam ou recusavam a sua filosofia. Através da magistral investida no pensamento do autor da *Cidade de Deus*, resgatando as suas idéias políticas e pedagógicas e aplicando-as ao seu tempo, Bossuet torna-se um expoente do seu século. Entretanto, em que medida foi ele fiel ao santo e até que ponto as idéias do mestre foram esquecidas em prol de uma comunhão ainda mais eficaz entre a Igreja e o Estado?

Inegavelmente o *De Civitate Dei* é a fonte principal do *Discours sur l'Histoire Universelle* e dele Bossuet empresta uma visão geral da história dirigida pela Providência. Contudo, este “herdeiro infiel”, nas palavras de Marrou (MARROU 19, p. 196), porque irrespeitoso para com o mistério da história, julga de modo soberano o sentido de cada acontecimento dos desejos providenciais a ele e somente a ele revelados. Esta coragem desrespeitosa é anunciada do seu púlpito ou em seus escritos quando ele afirma, por exemplo: Deus produziu o fenômeno Cromwell (“este homem de incrível profundidade de espírito, hipócrita refinado e hábil político, capaz de tudo empreender e de tudo esconder”) para “instruir os reis a não deixarem

sua Igreja” e para influir sobre a alma de Henriette de França. Bossuet, não mais um historiador: “Eu não sou aqui um historiador” (BOSSUET 6, p. 37). O bispo torna-se profeta, ao contrário do outro padre (o de Hipona) que parece não avançar tanto. Por outro lado, no *Discours*, Bossuet distingue *Les empires* da *Suite de la religion*, embora santo Agostinho nos livros XV à XVIII do *De Civitate Dei*, retrace a história das duas cidades imbricando-as. Em resumo, o grande problema do autor das *Orações Fúnebres* é o exagero na radicalização da tese da interferência divina na ordem dos acontecimentos (a guerra, por exemplo). A exatidão de Bossuet no indicar a presença do “dedo de Deus” na história, é um ponto controverso em relação a santo Agostinho. Este só precisa alguns aspectos do Plano de Deus quando a Bíblia já o havia feito.

Ora, é possível aceitar tão somente como ridícula (SELLIER 21, p. 453) a retomada da tese agostiniana da Providência, ou o exagero do Preceptor do *Dauphin*, no trato das questões da história, pode ser explicado de uma outra forma? Com efeito, o exagero parece um dos elementos mais interessantes desta filosofia da história, pois como seu ponto de apoio, ele permite a esta última maior eficácia em seus fins práticos imediatos, a saber, a conformação dos súditos cristãos aos coroados por Deus. A história de Bossuet tem uma base teológico-política. Teologia e Política são campos de ação nos quais o exagero tem um papel contagiante, porque retórico. Os sermões do bispo consagram-se a grandes temas e terminam todos com um ensinamento prático<sup>4</sup>; esta sua capacidade manipuladora da linguagem é empregada como força de *combate* (para usar uma palavra cara ao autor) para persuadir, para fazer crer. Através da hipérbole, ele faz a “torção” entre o significante e o contexto e conclama a persuasão. Quando a Providência, no escrito do padre, se converte no “olho” atento ao mínimo detalhe ornamental do lírio ou ao instrutivo exemplo de Cromwell, ela é exagerada em seus significantes justamente para significar. A hipérbole difere da argumentação habitual pelo deslocamento, motivo pelo qual ela não é justificada ou preparada, porém lançada de forma *brutal*. O exagero não tem medo do patético, ele remaneja-o e transforma-o em fino apelo, como no *Sermon sur la compassion de la Sainte Vierge*: “... quando eu vos vejo desperdiçar o sangue de meu Filho, tornando a graça inútil...” (BOSSUET 9, p. 645). O exagerar reforça a observação e exprime o que as palavras não

podem dizer *in totum*. Este tom demasiado não pretende a expressão da realidade, porém busca demonstrar nossa impotência diante da realidade tal como a sentimos.

Sem embargo, Bossuet acrescenta à hipérbole um outro traço, o argumento da autoridade, o que confere ao seu discurso uma singularidade e uma força que a hipérbole sozinha não conseguiria sustentar. Todo qualificativo de “sábio” ou “douto” apresentado como notório, serve como uma espécie de garantia de uma autoridade particular para o grande auditório. Mais a autoridade é importante, mais o seu parecer é indiscutível; em última instância, a autoridade divina sobrepuja todos os obstáculos a ela impostos pela razão: “(...) Um mestre (Jesus) no qual transparece tanta autoridade, mesmo que a sua doutrina pareça obscura, merece de nós a confiança em sua palavra: *ipsum audite* (...) Podereis reconhecer a sua autoridade, ao levardes em conta o respeito a ele demonstrado por Moisés e Elias; ou seja, a lei e os profetas como eu expliquei (...) Não procureis as razões da verdade por ele ensinada: *toute la raison, c'est qu'il a parlé*” (BOSSUET 9, p. 117-121). O ponto conclusivo é dado ao argumento de autoridade sob seu aspecto peremptório e absoluto. Observemos, no entanto, que este é ainda corroborado pelo respeito testemunhado por outras autoridades, Moisés e Elias. Sua força é revelada pelos obstáculos suplantados no caminho da confiança e pelo substrato por ela mesmo fornecido para tal. Estamos em presença de uma forma similar ao *credo quia absurdum*.

Apegado à rigidez da tradição, Bossuet põe a sua filosofia a serviço de instituições historicamente ligadas a este sentimento, a Igreja e o Estado, as mesmas, aliás, às quais ligou-se o pensamento de santo Agostinho. Todavia, apesar de suas poucas mudanças essenciais, estas instituições estão sob um outro verniz no século XVII e a grande originalidade de Bossuet foi exatamente manter-se fiel ao mestre, exagerando-o. Sobre antigas bases, o doutor de Meaux adapta suas respostas “às novas objeções dos ateus”.

Entre estas a mais significativa é a ausência divina da condução dos destinos do homem. Para esta resposta, Bossuet utilizará todo o seu arsenal teológico e retórico. Poderíamos dizer, observa o bispo, numa contraposição negativa, que Deus em nada se assemelha aos trabalhadores terrenos. Estes, por muito penarem em seus empreendimentos, estão contentes que a execução os desincumba do trabalho e lhes garanta o sucesso. O Constru-

tor Celeste, ao contrário, está satisfeito com a obra prima saída de suas mãos e não se recusa a *governar* o que ele fez com tanto amor e é por ele julgado digno de sua sabedoria. “Assim”, anuncia o *Sermon sur la Providence*, “nós devemos entender este universo, e particularmente o gênero humano, como o reino de Deus, governado e regido por ele mesmo segundo suas leis imutáveis” (BOSSUET 11, p. 79). À vontade em seu reino, Deus orienta e conduz a partir de uma ordem universal tanto “os acidentes irregulares que confundem a vida dos particulares”, como “os grandes e memoráveis acontecimentos que decidem a sorte dos grandes impérios” e, desta maneira, através de uma “política celeste” Ele nos governa.

O Bispo de Meaux enfatiza um *governo* divino sobre o mundo. Este aspecto confere à participação divina uma carga extremamente mais incisiva. Compreensível se pensarmos Bossuet antes como um político-teólogo do que um teólogo-político<sup>5</sup>. A Política permanece associada à Teologia. Aquela é uma ramificação desta, pois as leis políticas são reflexas daquelas elaboradas nos céus. O “império do nosso Deus” (BOSSUET 11, p. 81) pede obediência e conformidade, assim como as monarquias terrenas; elas na verdade devem ser governadas a partir de um princípio universal: “pouco nos importa, Cristãos, conhecer por qual sabedoria somos regidos, se não aprendermos também a nos conformar à ordem de seus desígnios”.

A ordem política é filha legítima do direito divino. A constituição e organização das nações têm sua base nas próprias palavras retiradas das Sagradas Escrituras: “Escutai Israel, o Senhor nosso Deus é único. Tu amarás o Senhor Deus de todo o teu coração, de toda a tua alma e com todas as tuas forças”<sup>6</sup>. O amor de Deus obriga os homens a se quererem uns aos outros e assim nasce a sociedade. O primeiro império é a autoridade paterna, a lhe suceder aparece a monarquia. Esta “é a mais comum, a mais antiga e também a mais natural forma de governo. O Povo de Israel a ela se submeteu, como sendo o governo universalmente recebido. Portanto, todo o mundo começa por monarquias e quase todo o mundo nelas se conservou, como no estado mais natural. Assim vimos que tem por base e modelo o império paterno, isto é, o da própria natureza. *Os homens nascem todos súditos*: e o império paternal, que os acostuma a obedecer, acostuma-os, ao mesmo tempo, a terem um só chefe; jamais se obtém igualmente maior força, porque tudo concorre para o mesmo fim” (BOSSUET 7, p. 52-53)<sup>7</sup>.

Sem dúvida, um tal governo perpetua-se, efetivamente, pelas mesmas causas que perpetuam o gênero humano: nada pode haver de mais natural – o filho primogênito sucede o pai. Neste ministério não há espaço para a divisão, mas somente para a força e a coesão. Foram as Próprias Escrituras que prescreveram ao povo eleito a monarquia com as regras que lhe são próprias. Neste sentido, a monarquia é sagrada. Os príncipes agem como ministros de Deus e seus representantes na terra. Atentar contra eles é um sacrilégio: a pessoa deles é sagrada porque seu cargo o é. “Dá-se aos reis o título de cristo; são chamados os cristos ou os ungidos do Senhor”. Ungidos porque receberam a bênção sagrada. Todavia, mesmo sem a aplicação exterior dessa unção, eles são sagrados pelo cargo como representantes da majestade divina, delegados pela Providência para a execução de seus desígnios. A França, então, passa a ser o modelo atualizado deste esquema: ela pode glorificar-se de ter a melhor constituição de Estado possível, e a mais conforme a estabelecida pelo próprio Deus. O que mostra a sabedoria dos antepassados e a proteção particular de Deus para este reino. A realza francesa fundamenta-se num simbolismo que transcende a pessoa do rei, em torno dele é criada toda uma ostentação de valor simbólico e a monarquia passa a ter uma essência mística e inatingível, da qual Luiz XIV e sua pompa cintilante foram o maior exemplo.

Não encontramos aqui simplesmente um panegírico da monarquia respaldada no direito divino, mas uma alteração, uma adaptação para justificar uma estrutura política. Neste ponto entendemos a força do pensamento político do preceptor do Dauphin. A Igreja católica sempre apoiou o poder centralizado. Mas, nosso bispo vai além disto: no que precede, Bossuet reforça a obediência incondicional ao príncipe, alicerçado no direito divino. Contudo, ele acrescenta um ponto a este já tradicional. Com efeito, o poder estabelecido vem sempre de Deus, *a Deo*; a Igreja, porém, jamais ensinara a transmissão *direta* do poder à pessoa de um rei, objeto direto da designação divina. *A Deo*, de Deus, mas por intermédio do povo, *per populum*, precisara São Tomás de Aquino e era esta a doutrina tradicional da Igreja, como observa Chevallier (CHEVALLIER 14, p. 93). O direito divino, que dispensava a necessidade do intermédio do povo, era uma doutrina monárquica e galicana. O Príncipe exaltado por Bossuet a ninguém deve prestar contas daquilo que ordena: “Ele é absoluto em consideração

ao constrangimento: não tendo nenhuma força capaz de coagir o soberano, que, neste sentido, é independente de toda a autoridade humana” (BOSSUET 7, p. 292). Quem constitui um príncipe soberano, coloca-lhe nas mãos todo o conjunto, a autoridade soberana de julgar e todas as forças do Estado. Colocar alhures a força, é dividir o Estado; é arruinar a paz pública; é constituir dois mandatários, ao contrário do que ensina os Evangelhos: “ninguém pode servir a dois senhores”<sup>8</sup>.

O mundo é guiado por uma “ciência” que ensina aos sujeitos como se tornarem dignos instrumentos da *conduta superior*, eis o ponto central da teoria de Bossuet sobre a Política.

Dessa perspectiva, é impossível pensar-se numa liberdade política e, assim sendo, um dos elementos-chave da filosofia moderna é colocado em questão por uma velha tradição iniciada com santo Agostinho: o problema da liberdade. A proposta de análise bossuediana da Providência condiciona de maneira radical a liberdade humana. Ela está, em primeiro plano, atrelada à idéia de obediência, cujo modelo encontra-se no *Livro dos Reis*: “a obediência vale mais do que o sacrifício”. O ato de obediência seja ele qual for, está diretamente ligado a Deus. Obedecemos, obedecemos a Deus. Os desígnios da Providência *nos governam*. De acordo com a “razão natural”, pensa Bossuet, Deus ordena nossas ações e governa nossa liberdade, ao conduzi-la de modo certo aos fins por Ele mesmo propostos. Tal idéia tem fundamento no próprio conceito de Deus, pois nós o concebemos como onisciente, onipotente, a tudo governando e fazendo o que ele quer de suas criaturas. A ele deve-se referir todos os acontecimentos do mundo: “se as criaturas livres não estão incluídas nesta ordem da Providência divina, retiramo-las à conduta a sua excelência no universo, isto é, a condição de criaturas inteligentes” (BOSSUET 5, p. 214). Nada mais absurdo do que pensar Deus fora do destino do governo dos povos, do estabelecimento e da ruína dos Estados, de como eles são administrados, por quais príncipes e por quais leis, ou pior, pensar todas estas coisas como produtos puramente da liberdade humana, fora das mãos de Deus, sem que ele possa ter os meios de modificá-los como lhe apraz, enfim um mundo inteiramente fora de qualquer dependência divina. A proposta defendida por Bossuet é sem nenhuma dúvida oposta, mesmo se guarda um espaço para a liberdade. A tese é a seguinte: *os homens são livres, porém não são independentes*. Ela

se fundamenta de modo claro e determinado na idéia de Providência: “como ela (a vontade de Deus) é a causa universal de tudo o que é, imprescindível então que tudo o que é, não importa de qual maneira ele seja, venha Dele. Por consequência, o uso da liberdade, com todos os efeitos dele dependentes, deve estar incluído na ordem de sua providência; de outro modo, se estabelece uma sorte de *independência* na criatura e se reconhece, aí, uma certa ordem da qual Deus não é a primeira causa” (BOSSUET 5, p. 214-15). A ordem do universo permite só a determinados setores a presença de atos livres: posso ou não beber este vinho, posso ou não comer este fruto, posso ou não ler tal livro, etc. A nossa liberdade estaria restrita ao domínio dos pequenos atos, porém os grandes e decisivos acontecimentos estão nas mãos da Providência. Em resumo: posso comer ou não uma maçã, mas independe de mim a queda de um grande império. Não me pertence o agir histórico. A condição de criatura estabelece uma indissolúvel dependência, impedindo qualquer acesso dos homens aos destinos históricos. Ser dependente significa, neste contexto, ser incompleto, fato que desautoriza o homem, enquanto incompletude, a alcançar uma idéia completa da destinação imposta por Deus à humanidade. Esta “ontologia da falta”, da incompletude, condena o homem para sempre ao estado de dependência, e a liberdade se pulveriza mesmo se o estatuto de “criatura livre” lhe torne a “porção mais nobre do universo e por isso mesmo ele é o mais digno de ser governado por Deus” (BOSSUET 5, p. 216). A liberdade não é instrumento de autonomia, mas de reconhecimento. No simples ato livre de comer a maçã e não a pêra me reconheço na falta, ao reconhecer minha incapacidade frente à grandeza maior que criou não só a maçã “escolhida”, mas a mim mesmo. “É preciso crer: toda a ordem das coisas humanas está incluída naquela dos decretos divinos. E longe de se imaginar Deus tendo dado a liberdade às criaturas racionais (*raisonnables*) para lhes colocar fora de suas mãos, deve-se pensar o contrário, criando a liberdade, ele se reserva os meios certos para conduzir onde lhe aprouver” (BOSSUET 5, p. 217). Pensar de outra forma é indício de soberba. O padre lança assim por terra qualquer ousadia em qualificar o homem como *agente* histórico e esta idéia perde todo sentido. A proposta parece levar-nos a pensar a história, não como campo da liberdade, mas como um grande tabuleiro de xadrez, no qual Deus joga com ele mesmo um *eterno jogo* de paciência e diversão infinda. Pouco

importa nossas opiniões, tudo obedece a uma lógica pre-estabelecida pairando acima de nossas blasfêmias intelectuais. Só duas coisas são evidentes para a “razão natural” de Bossuet: uma, nós somos livres, mas *au sens dont il s’agit entre nous*; outra, as ações de nossa liberdade estão incluídas nos decretos da divina Providência, e esta possui os meios certos de conduzi-las até seus fins (BOSSUET 5, p. 220). *Entre nós* podemos também jogar, podemos imaginar nossa liberdade como algo importante, como fundamento da filosofia, etc.; pura delícia reservada aos *filhos* brincando nos “Domínios do Senhor”.

Não se pode ir contra a ordem divina. Tudo no universo reclama e inspira um perfeito ordenamento. A idéia de Deus está calcada nesta harmonia. Se Ele, perfeição absoluta, não imprimisse a sua marca, a ordem, em sua criação, Ele não seria Deus. Portanto, o que aos nossos olhos incompletos parece caos e desordem, obedece a um decreto eterno e perfeito; não estamos sozinhos no mundo, há uma sabedoria a nos governar: “Cristãos, qualquer estranha confusão, qualquer desordem ou qualquer injustiça apresentando-se nas coisas humanas, por mais que tudo isto pareça ter sido trazido pela celeridade da sorte (*fortune*), coloquemos bem antes em nosso espírito: tudo obedece a uma ordem, tudo é governado por máximas e um conselho eterno e imutável se esconde entre todos estes acontecimentos que o tempo parece desdobrar com uma tão estranha incerteza” (BOSSUET 11, p. 81). Podemos comparar o mundo a certos quadros que parecem apenas um jogo de perspectiva e nos mostram no início somente traços informes e uma mistura confusa de cores, como um ensaio de aprendiz ou uma brincadeira de criança. Mas, tão logo o detentor do segredo de seus contornos e formas passa a nos explicar e a nos conduzir pelo bom caminho na sua observação, todas as linhas desiguais aprumam-se diante de nossas vistas, todo o aspecto confuso se desfaz e nos deparamos com os alinhamentos e suas justas proporções, lá onde antes não havia nenhuma aparência de forma coerente.

Julgado pelo ponto de vista libertino e incrédulo, o mundo é esse quadro percebido pelo primeiro olhar (confuso, embaraçado e sem proporções definidas); já o ponto de vista cristão corresponde à segunda maneira de olhar e a chave do segredo encontra-se na Providência. Ela nos faculta perceber com mais nitidez os acontecimentos e as linhas diretivas regentes

do mundo, cujas conseqüências refletem a tranqüilidade e a felicidade encontradas nos corações dos adoradores de Cristo. Quanto aos incrédulos e suas inúteis dúvidas, eles não fazem senão exprimir a extrema infelicidade, fruto da descrença, que habita em suas almas: “Parem, infelizes, e não precipitem vossos julgamentos em assuntos tão importantes! Talvez encontrareis naquilo que parece um conjunto confuso, uma arte escondida; e se souberdes reencontrar o ponto através do qual é preciso olhar as coisas, todas as desigualdades se retificarão e vereis somente sabedoria onde antes imagináveis só desordem” (BOSSUET 11, p. 83). A Providência aparece na obra de Bossuet como arma no “empreendimento militar” (BOSSUET 11, p. 77) que ele tem em mira: o combate aos heréticos, ou seja, àqueles que ousam ter uma *opinião*. Mas o que significa ter uma opinião? A resposta não é outra: opinar é seguir o seu próprio pensamento e seu sentimento particular. O herético, portanto, é o amante da desordem. A ele se contrapõe o católico, homem no qual habita o sentimento do universal, aquele que, sem ter sentimento particular, segue sem hesitar o propósito da Igreja (BOSSUET 10, p. 112). A tarefa do autor dos *Sermões* é recuperar estas ovelhas desgarradas, é recuperar a unidade do catolicismo ameaçada pelo protestantismo e pelos libertinos.

Mais do que um empreendimento religioso, Bossuet tem clareza de que a retomada da unidade católica é uma empreitada política. O bispo tem por pressuposto a prioridade da Igreja de Roma: nela encontra-se o sustentáculo de todas as outras igrejas. É necessário se faz recuperar o tempo glorioso no qual os soberanos mantinham-se felizes por ter a ela obedecido (BOSSUET 2, p. 184). A Igreja romana é definida por oposição àquelas que se fragmentam e não possuem tradição. O grupo católico reconhece o seu papel na condução da humanidade, a ele cabe o zelo pela herança deixada para os homens pelo próprio Deus: “A Igreja de Jesus Cristo, ciosa guardiã dos dogmas que a ela foram entregues em depósito, a eles jamais subtrai ou acrescenta algo, tampouco lhes pulveriza os pontos capitais, somando-lhes coisas supérfluas. Todo o seu trabalho é o de fazer resplandecer as coisas que anteriormente foram entregues em suas mãos, é o de confirmar aquelas que foram suficientemente explicadas e de guardar as que foram confirmadas e definidas” (BOSSUET 8, p. 184). A esta verdade úni-

ca e imutável o indivíduo deve se conformar, caso não queira cair em here-  
sia, a exemplo de Pierre Jurieu.

Entre 1686 e 1689 Jurieu escreve *Lettres pastorales aux fidèles qui gémissent sous la captivité de Babylone*, nesta obra o pastor proclama o direito de insurreição: “o uso do gládio dos príncipes não se estende às consciências” (HAZARD 17, p. 259). Desta forma, Luiz XIV, ao utilizar a força para oprimir as consciências, colocou-se fora da lei: a revolta é, daqui para frente, legítima. Esta é uma tese que escandaliza, segundo Paul Hazard, o prelado de Meuax. Ele dedica-se a refutá-la na *Cinquième avertissement aux protestants*, afirmando o conteúdo sedicioso das máximas instigadoras da subversão de todos os impérios ali escritas. Assim como a degradação de todos os poderes estabelecidos por Deus por elas veiculada. Por longo tempo os protestantes, na França e na Inglaterra, se rebelaram contra a autoridade real e agora aquele ministro declara que se tem o direito de fazer a guerra contra o seu próprio rei e seu país. Este espírito de revolta é abominável. “A minha missão”, esclarece Bossuet “é vos provar que a vossa reforma não é cristã, pois ela não é fiel aos príncipes constituídos, nem à pátria” (HAZARD 17, p. 259). Enganam-se os que pensam estar diante apenas de uma querela religiosa. Aqui a religião conduz à política e o direito natural intervém. Jurieu está apoiado em Grotius. Bossuet conhece bem Grotius: em sua opinião tratava-se de um sábio, é verdade, e bem intencionado, mas com uma teoria perigosa que confundia o divino e o humano. O que queria dizer ele com o seu direito natural? Imaginar que o povo é naturalmente soberano é pensar que a humanidade, em seu estado primitivo, já possui a idéia de um direito de soberania que lhe é próprio, assim como do poder que ela possui de delegar esta soberania a quem bem lhe aprouver. A exegese bossuediana encontra aqui um grave erro de princípio e uma confusão terminológica. Não nos equivoquemos: o primeiro estado da humanidade sendo uma anarquia cruel e violenta, e os primeiros grupos humanos formados, como a razão nos permite supor, não por um povo, mas por uma horda, como conceber então uma soberania que seria já uma espécie de governo? “Impossível pensar que nesse estado o povo fosse soberano, pois não havia de fato ali nenhum povo. Talvez tenhamos nesse período famílias, porém, mal governadas e mal firmadas; ali podemos bem ter um bando (...), uma multidão confusa; mas não pode haver um povo, porque

para tal supõe-se algo que codificasse regras e algum direito estabelecido, o que acontece com os que começam a sair daquele estado infeliz, ou seja, de anarquia” (HAZARD 17, p. 260). Para ele, não há como imaginar uma soberania delegada pela anarquia. Isto feriria a ordem política, cujo modelo ela busca na harmonia da política celeste. É famosa a frase do bispo francês: “os homens se agitam, Deus o conduz”. Sem a interferência da Providência a organização civil dos humanos seria impossível, eles caminhariam em círculo.

Essa desejada independência natural é sempre recusada por Bossuet. Pensá-la já seria indicativo de soberba. Eis um grande engano fomentado pelo desvio orgulhoso da razão. “A Providência irradia sobre todos, desde os maiores até os mais inferiores. Ela nutre os pequenos pássaros, que a invocam desde o amanhecer pela melodia de seus cantos; e estas flores, cuja beleza tão cedo fenece, Ela as veste tão espetacularmente durante o pequeno momento de seu ser, que mesmo Salomão em sua glória não teve nada de comparável a este ornamento. Vós, homens, feitos à Sua imagem, por Ele iluminados com o seu conhecimento e chamados ao seu reino, podeis vós acreditar em seu esquecimento para convosco, que sejais vós as únicas criaturas sobre as quais os olhos sempre vigilantes de Sua providência paternal não seriam abertos?” (BOSSUET 11, p. 86)<sup>9</sup>. A Providência está em todo lugar, mesmo a natureza recebe o seu concurso e o homem, como excelência da criação, a Ela não poderia escapar. Os olhos providenciais observam e se encarregam dos mínimos detalhes: o revestimento sutil e belo de uma flor ou a comida de um passarinho indefeso. Poder-se-ia afirmar que Bossuet aplica mais uma de suas metáforas; nenhum desacordo a este respeito. Importa assinalar o que está por detrás do elemento metafórico, a saber, a ingerência divina nos fenômenos naturais. A metáfora não anula a mensagem, porém em muitos casos atenua o seu impacto. Deus não deixa à criação o seu próprio curso, Ele intervém a cada momento e tudo se passa como se as leis naturais estivessem diretamente atreladas ao Juiz Supremo e, sem a sua interferência direta, elas perderiam a sua eficácia. Todavia, esta interferência não se concretiza apenas numa harmonia matemática, como pensavam alguns, Ele age também através das determinações diretas na condução da história política dos humanos. Antes de ser um Deus matemático, o Deus de Bossuet é político.

Ora, como a primazia da criação, o homem não poderia eximir-se à vigília atenta da Providência. A trajetória humana, em parte, é regida por leis naturais e em parte por “leis sociais” ou “leis políticas” de organização e desenvolvimento dos povos. O esquema acima proposto para as leis naturais, também é válido para as “leis políticas”; todavia, a estas últimas é preciso acrescentar “a grande máxima do estado da política do céu” (BOSSUET 11, p. 85), ou seja, “os desígnios de Deus, concebidos no seio imenso desta imutável eternidade, não depende nem dos anos nem dos séculos, que Ele vê passar diante dele como simples momentos” (BOSSUET 11, p. 87). A política divina redefine, assim, a história. Com efeito, se o mundo e os homens estão entregues aos intentos providenciais, o sentido da história deve ser dado em exclusiva consonância com eles e desta forma, o desenvolvimento histórico fica relativizado perante a eternidade. O tempo histórico não passa de um momento frente aos olhos divinos, e por qual razão deveríamos nós superestimá-lo? Entreguemo-lo ao seu curso natural. Por querer aumentar a importância real do tempo histórico é que o homem se perde em suas análises e vê só desordem onde deveria ver providência e sabedoria: “Deus, árbitro de todos os tempos, do centro de sua eternidade desenvolve toda a ordem dos séculos, se reconhece como todo poderoso e sabe que nada pode escapar às suas mãos soberanas...” (BOSSUET 11, p. 88). Até os príncipes a ela (a ordem) não podem escapar. A monarquia, pelo fato de ser absoluta, não quer dizer que esteja fora de qualquer regra. A lei divina prescreve ao príncipe deveres mais estritos e pesados do que ao mais miserável dos mortais. A autoridade real é sagrada, mas é paternal; ela é absoluta, mas é submissa à razão. Se aquele que é investido de um poder tão fantástico utiliza-o mal, deve tremer, pois ele terá contas a prestar no dia do julgamento (HAZARD 17, p. 251). Deve-se observar, no entanto, que a obediência real a uma ordem superior não o aproxima do povo. Responsável diante de Deus, o rei não precisa justificar seus atos aos súditos, tampouco lhe ouvir os palpites e conselhos. Atribuir àqueles que devem obedecer a um poder eficaz sobre aqueles que Deus destinou ao comando, seria um contra-senso, uma impiedade. Mesmo em erro aparente, o monarca não deve nunca desmerecer o respeito e a obediência por parte do povo, que precisa, silenciosamente orar nestes momentos de crise. Se assim não o fosse, haveria uma insurreição não só contra o

soberano, mas também contra Deus. Este mantém do alto sob o seu controle as rédeas de todos os reinados: o príncipe comanda segundo a sua vontade, colaborando assim para a consecução dos desígnios da Providência; o povo obedece e espera, o esquecimento e os desvios desses princípios expressam a suprema impiedade de Jurieu.

Às criaturas desterradas por causa da soberba, resta a esperança: “preparemo-nos, senhores, para a hora final, assistamos em espírito o último dia, e, do patamar desta corte diante da qual nós compareceremos, contemplemos as coisas humanas” (BOSSUET 11, p. 92). A história é lançada numa expectativa e num temor em vista da vingança de Deus sobre os homens, já experimentada muitas vezes no decorrer dos séculos: “Sim, eu atesto o Deus vivo manifestando em todos os séculos as marcas de sua vingança” (BOSSUET 11, p. 92). E se, por sua vez, a Providência distribui bens e dons, ela o faz reservando os melhores e os mais puros para a *vida futura*: “Esta sábia e eterna Providência criou (...) dois tipos de bens: Ela dispensa os bens enleados (*mêlés*) na vida presente e reserva os bens puros à vida futura; além disto, estabeleceu esta lei: quem tiver demasiadamente admirado os bens medfocres não terá o seu quinhão dos bens supremos” (BOSSUET 11, p. 94). Invocando o santo de Hipona, Bossuet completa: Deus quer que nós saibamos distinguir entre os bens por Ele repartidos na vida presente, para servir de consolação aos cativos, e os por Ele reservados aos séculos vindouros, para fazer a felicidade de seus filhos; ou, para dizer algo mais forte, Deus quer que nós saibamos distinguir entre os bens verdadeiramente desprezíveis, distribuído por Ele aos seus inimigos, e aqueles guardados de maneira preciosa para compartilhar somente com os seus servidores: *Hoec omnia tribuit etiam malis, ne magni pendantur a bonis*, diz santo Agostinho (AGOSTINHO 1, T. LXXII, p. 14). Este Deus vingativo e implacável para com os seus inimigos possui, apesar de tudo, um senso de reconhecimento: aos seus servidores Ele promete a Recompensa final. O sentido da história é projetado em vista desta recompensa, e a Providência funciona como o agente organizador que encaminha a trajetória da humanidade rumo à Cidade de Deus. A filosofia de Bossuet está sustentada por uma teologia, que permite asseverar que Deus faz e conhece o sentido da história. Deus eleva ou rebaixa os impérios, estabelece para cada povo um destino e um papel; entre suas mãos, os reis e os Estados não

passam de instrumentos dos quais ele se utiliza para conduzir a humanidade para o seu celeste destino.

Desta forma, a história está *predeterminada*, o seu fim terá lugar com o Juízo Final, suas recompensas e castigos. Do ponto de vista da escatologia cristã, os grandes avanços do homem na história não querem dizer muita coisa se pensarmos os destinos humanos nas mãos da Providência. Eles não são indícios de progresso real, porque este não reside no esplendor humano, mas na glória de Deus. Em muitos casos, as conquistas da humanidade não passam de ilusões oriundas do orgulho, elas são sempre relativas, estão sempre comparadas com o absoluto divino. Se tomarmos o Direito como exemplo, ficará claro, a partir da ótica providencial, que ele não passa de uma cópia imperfeita dos códigos divinos captados pela inteligência incompleta do homem. O Direito nem sempre promove a Justiça, seu alvo por excelência. Neste sentido, como falar do Direito em termos de indicativo do progresso humano? Com efeito, ele deve ser visto como uma expressão de um conselho divino em vista de um fim eterno. Não só o Direito, mas também todas as obras humanas têm por meta esta obediência eterna às determinações de um Deus que após a criação não se retirou do mundo e deixou à liberdade do homem a construção de sua vida e de seu trajeto.

Esse homem não é dono da sua história, nem do seu mundo. Os bens que lhe aguardam não são fruto do seu *trabalho*, mas de sua obediência, nem tampouco eles poderão ser usufruídos na vida presente, mas só na vida futura. Desta forma, a recomendação de Bossuet segue aquela do apóstolo João: “não ameis o mundo”. Afastamento da terra, desprezo do homem dois pontos centrais da antropologia histórica de Bossuet: “Se Deus enviou-lhe prosperidade, ele (o crente) recebe o presente do céu com submissão e louva a misericórdia que lhe fez o bem ao reparti-lo com os miseráveis. Se, ao contrário, está na adversidade, ele pensa (*songe*): *a prova produz a esperança*, a guerra se faz para a paz e se a sua virtude combate, ela será um dia coroada. Jamais desespera, pois ele nunca está sem um recurso. Ele acredita sempre ouvir Jesus, o Salvador, gravando no fundo do seu coração estas belas palavras: ‘Não temais, pequeno rebanho, pois agradou a vosso Pai vos dar um reino’. Assim, não importa a penúria (*extrémité*) à qual ele se veja reduzido, jamais ouviremos de sua boca estas palavras

infiéis, que ele perdeu todo o seu bem: porque poderia ele desesperar diante da sorte, justamente ele ao qual foi reservado um reino inteiro, um reino que não é outro senão aquele de Deus? Qual força pode abatê-lo, estando sempre ele sustentado por uma tão bela esperança?” (BOSSUET 11, p. 99). Todas as expectativas são depositadas no além-do-mundo e o progresso é esvaziado do seu conteúdo material, para ser pensado a partir de uma *espera* calcada na obediência e na resignação.

A história completa, desta forma, o quadro interpretativo, integrando-se à política, que, por sua vez, deve refletir esta perspectiva e encontrar na religião um porto seguro no qual poderá recolher provisões que a sustentará na tarefa de guiar a sociedade dos humanos à sua *verdadeira* *destinação*.

**Abstract:** According to Bossuet's thought, there exists a “celestial politics” that must provide the model for action, notably that of the sovereign who wishes to act under the influx of Providence and avoid haughtiness. God provides the wisdom to the prince so he knows how to lead the peoples, as well as give them the intelligence to let themselves be led. In this sense, historical Providence, the central idea in the bishop of Meaux's philosophy, cannot be understood if dissociated from its political component. The paper intends to highlight and develop this aspect.

**Key-words:** Bossuet – Politics – History

## NOTAS

<sup>1</sup> Seguidores de Donato (bispo de Cartago no século IV), são causadores de um movimento herético que provoca um cisma na Igreja da África, neste período.

<sup>2</sup> (AGOSTINHO 1, T. XXXIII, cartas 93 e 185) “Façamos uso destes editos das autoridades terrenas que devem ser reclamados e aplicados contra os heréticos ou cismáticos” (*Quod autem pertinet ad terrenarum potestatum iussa, contra schismaticos aut haereticos vel impetranda vel exserenda*) (p. 327); “Quem será tão demente para negar que devemos ir em sua ajuda valendo-nos das ordens imperiais, para libertá-los de tanto mal? Aqueles propagadores do terror se vêm obrigados agora a temer. Através deste terror, ou bem eles se corrigem, ou bem fingem estar corrigidos e deixam em paz os antigos oprimidos aos quais antes infligiam pavor.” (*Quis est tam demens qui neget istis debuisse per iussa imperialia subveniri, ut de tanto eruerentur malo, dum illi quos timebant timere coguntur, et eodem timore aut etiam ipsi corriguntur, aut certe cum se correctos esse confingunt, correctis parcunt, a quibus antea timebantur*) (p. 793); “Como servem a Deus os reis, a não ser proibindo e castigando com rigorosa severidade os atos executados contra os mandamentos de Deus?” (*Quomodo ergo reges Domino serviunt in timore, nisi ea quae contra iussa Domini fiunt, religiosa severitate prohibendo atque plectendo?*) (p. 801). Sobre o conteúdo destas cartas, Bruch (BRUCH 12, p. 181) faz o seguinte comentário: a propósito da intolância, santo Agostinho se explica longamente nestas duas cartas *hoje negligenciadas*, mas que constituem uma *etapa importante na história do pensamento cristão*. Ele confessa ter primeiro pensado as conversões constrangidas como sem valor, mas ele lastima seu liberalismo ao constatar que os Donatistas, convertidos sob a pressão de um constrangimento exterior, retornam efetivamente à unidade católica. O santo ainda cita, por sua vez, *o compelle intrare* e as Bem-aventuranças: “Felizes aqueles que são perseguidos por causa da justiça, pois é deles o reino dos céus”. (Mateus, V, 10).

<sup>3</sup> (AGOSTINHO 1, T. XXXII, p. 976) A mesma idéia é retomada no *Contra Acadêmicos* (Agostinho 1, T. XXXII, p. 906): “Com efeito, talvez aquilo que chamamos vulgarmente “fortuna”, esteja submetido a alguma ordem secreta e chamamos “sorte” (“casum”) o elemento contido nas coisas cuja causa e a razão ignoramos (...) A divina Providência se estende até nós, isto não se pode de modo algum duvidar, creiam-me, as coisas são para nós o que elas devem ser”. Bossuet (BOSSUET 3, p. 422) repete a mesma fórmula no seu *Discours sur l’Histoire Universelle*: “Não falemos mais de acaso ou de sorte (*fortune*), ou falemos somente de um nome com o qual cobrimos nossa ignorância.”

<sup>4</sup> “...vós deveis agora estar convencidos que os pregadores do Evangelho não sobem em seus púlpitos para ali pronunciar discursos vãos e para se fazer ouvir por diversão”, conclui o Bispo no *Sermon sur la Parole de Dieu* (BOSSUET 10, p. 148-49).

<sup>5</sup> É imperioso não esquecer que Bossuet teve uma vida política intensa e chegou a ser preceptor do Dauphin de France, filho de Luís XIV (1670), foi conselheiro do arcebispo de Paris nas questões do Jansenismo e o acompanhou a Port-Royal. As relações político-teológicas do sacerdote são evidentes e leva-o a “amenizar” o seu discurso no momento de se referir aos seus aliados. Ele se lastima de vê “com freqüência as grandezas do mundo entre as mãos dos ímpios”. Ele lamenta os filhos de Abraão, o único povo que adora Deus,

relegado na Palestina a um canto da Ásia, enquanto soberbas monarquias orientais sustentam de forma armada as blasfêmias de Maomé contra o Evangelho e encontram franca expansão. Todavia, o momento no qual ele deve se referir à Europa, que, aliás, não está isenta também de atrocidades e blasfêmias, reveste-se de uma outra expressividade e o nosso bom padre invoca Jesus Cristo, “o sábio distribuidor de coroas”, e a lisonja toma lugar: “Mas, talvez eu me esqueça e sonhe, lá onde os impérios e monarquias são referidos por mim como tendo um presente de pouca importância. Não, não Senhores, eu não esqueço; não, não, eu não ignoro quão grande e quão augusto é o monarca que nos honra com sua atenção, e eu sei bem constatar o quanto Deus é bondoso lá de seu lugar, quando lhe confia a guarda de tão grande e nobre parte do gênero humano, para protegê-la através do seu poder” (BOSSUET 11, p. 96).

<sup>6</sup> Mateus XXII, 37.

<sup>7</sup> Sobre a doutrina da monarquia absoluta em Bossuet, ver CHEVALLIER 14, Cap. IV.

<sup>8</sup> Lucas XVI, 13.

<sup>9</sup> Sobre as relações entre natureza e Providência, ver DUPÂQUIER 16.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AGOSTINHO. *Opera Omnia* (Patrologiae Latinae). Paris, J-P Migne Éditeur, 1865.
2. BOSSUET. *Sermons Choisis*. Paris, Hachette, 1920.
3. \_\_\_\_\_. *Discours sur l'Histoire Universelle*. Paris, Garnier, s.d.p.
4. \_\_\_\_\_. Instruction pastorale sur les promesses de l'Église. In: *Oeuvres complètes de Bossuet*. Paris, Lefèvre, 1836.
5. \_\_\_\_\_. *Oeuvres Philosophique de Bossuet*. (Avec une introduction et des notes par L. de Lens). Paris, Hachette, 1857.
6. \_\_\_\_\_. *Oraisons Funèbres*. (Nouvelle Édition, revue sur celle de 1689). Paris, Eugène Belin, s.d.p.
7. \_\_\_\_\_. *Politique tirée des propes paroles de l'Écriture Sainte*. Genève, Droz, 1967.

8. BOSSUET. *Premier avertissement aux Protestants*. Paris, Ed. Lachat, 1689.
9. \_\_\_\_\_. *Première instruction pastorale sur les promesses de l'Église*. Paris, Ed. Lachat, 1700.
10. \_\_\_\_\_. *Sermons*. Paris, Garnier, s.d.p.
11. \_\_\_\_\_. *Sermon sur la Mort et autres Sermons*. Paris, Garnier-Flammarion, 1996.
12. BRUCH, J.-L. *La Philosophie Religieuse de Kant*. Paris, Aubier, 1968.
13. CHEVALIER, J. *Histoire de la Pensée*. Tomo III (La Pensée Moderne). Paris, Flammarion Éditeur, 1961.
14. CHEVALLIER, J-J. *As Grandes Obras Políticas de Maquiavel a nossos dias*. Trad. de Lydia Cristina. Rio de Janeiro, Agir, 1998.
15. DAGENS, J. "Introduction". In: *Revue XVII<sup>e</sup> Siècle* (Le siècle de saint Augustin), n. 135, avril-juin, 1982.
16. DUPÂQUIER, J. "Providence et Probabilité". In: *Revue de Synthèse*. n. 117, jan.-mar., 1985
17. HAZARD, P. *La Crise de la Conscience Européenne*. Paris, Fayard, 1961.
18. LANDRY, J-P. & MORLIN, I. *La Littérature Française du XVII<sup>e</sup> Siècle*. Paris, Armand Colin, 1993.
19. MARROU, H-I. "Augustinus Magister". In: *Études augustinienes*. T. III. Paris, 1954.
20. RAULET, G. *Aufklärung: les Lumières Allemandes*. Paris, Garnier-Flammarion, 1995.
21. SELLIER, P. *Pascal et saint Augustin*. Paris, Albin Michel, 1995.
22. TERSTEGGE, G. "Providence as 'Idée-Maîtresse'". In *The works of Bossuet* (theme and stylistic motif). Washington, 1948.
23. TRUCHET, J. "Préface". In: *Sermon sur la Mort et autres Sermons*. Paris, Garnier-Flammarion, 1996.